





IDENTIDADE, AUTENTICIDADE E SOBREVIVÊNCIA EM SOCIEDADES MULTICULTURAIS:

Um olhar a partir de Kwame Anthony Appiah

Assane Ussene Assane¹

 <https://orcid.org/0009-0003-9957-8661>

 <https://doi.org/10.33871/27639657.2025.5.2.11098>

RESUMO: Este artigo analisa a identidade, autenticidade e sobrevivência em sociedades multiculturais a partir da perspectiva de Kwame Anthony Appiah. O objectivo é explorar criticamente suas ideias, contrastando-as com as de Charles Taylor. A metodologia adoptada é bibliográfica, apoiada pela hermenêutica textual, com base na obra de Appiah (1994) e outros textos relevantes. Os resultados indicam que Appiah rejeita a redução da identidade humana a categorias colectivas, defendendo que estas funcionam como meta-narrativas para a construção da identidade individual. Ele enfatiza a relação sociológica entre identidade individual e colectiva, criticando a priorização excessiva da dimensão social. Além disso, Appiah vê a autenticidade como uma resistência às pressões sociais, reflectindo sua experiência pessoal e propondo uma abordagem dialógica para a identidade em contextos multiculturais.

Palavras-chave: identidade, autenticidade, multiculturalismo, Kwame Anthony APPIAH.

Identity, Authenticity, and Survival in Multicultural Societies: A Perspective from Kwame Anthony Appiah

Abstract: This article examines identity, authenticity, and survival in multicultural societies from the perspective of Kwame Anthony Appiah. The aim is to critically explore his ideas, contrasting them with those of Charles Taylor. The methodology adopted is bibliographic, supported by textual hermeneutics, based on Appiah's work (1994) and other relevant texts. The results indicate that Appiah rejects the reduction of human identity to collective categories, arguing that these function as meta-narratives for the construction of individual identity. He emphasizes the sociological relationship between individual and collective identity, criticizing the excessive prioritization of the social dimension. Furthermore, Appiah views authenticity as a resistance to social pressures,

¹ Educador e pesquisador moçambicano com: Mestrado em Pedagogia e Didáctica (Instituto Superior da Educação e Tecnologia-One Wold-APP (ISET – ADPP) - Maputo, 2023; Mestrando em Educação/ensino de Filosofia pela Universidade de Licungo delegação da Beira; Pós-graduação em Metodologia do Ensino da Matemática (Universidade Pedagógica de Moçambique, 2021); Licenciatura em Administração e Gestão da Educação (Universidade Pedagógica de Moçambique, 2019); Tem experiência consolidada em gestão escolar, formação contínua de professores e pesquisa educacional, com interesse na produção de conhecimento científico aplicável ao contexto africano. E-mail: hassanhussenaly@gmail.com





reflecting his personal experience and proposing a dialogical approach to identity in multicultural contexts.

Keywords: identity, authenticity, multiculturalism, Kwame Anthony APPIAH.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, desde os primórdios até os dias actuais, a diversidade cultural tem sido uma característica intrínseca às movimentações humanas pelo mundo. A busca por recursos essenciais à sobrevivência sempre motivou o fenómeno da migração, que, por sua vez, promoveu o contacto entre diferentes culturas, gerando sociedades multiculturais. Embora essas sociedades sejam ricas em diversidade, elas também apresentam desafios significativos, como a marginalização de identidades e a luta pela autenticidade (APPIAH, 1994; TAYLOR, 1998).

Em um contexto globalizado como o actual, a discussão sobre identidade, autenticidade e sobrevivência em sociedades multiculturais torna-se cada vez mais relevante, questionando-nos sobre quem somos verdadeiramente e como mantemos a autenticidade em meio a uma sociedade diversificada.

Este artigo tem como objectivo principal realizar uma leitura crítica da visão de Kwame Anthony Appiah sobre a identidade em sociedades multiculturais. E tem como objectivos específicos: Analisar as interacções entre identidades colectivas e individuais em sociedades multiculturais, com base nas teorias de Kwame Anthony Appiah; Explorar o conceito de autenticidade em contextos multiculturais, discutindo como as identidades culturais são construídas, negociadas e preservadas em meio à diversidade; e Investigar os desafios e estratégias de sobrevivência cultural em sociedades multiculturais, com ênfase no caso de Moçambique.

A pesquisa busca investigar a interacção entre identidades sociais colectivas e individuais, destacando a importância do reconhecimento no processo de formação da identidade. Ao abordar essa temática, o estudo pretende contribuir para uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas sociais envolvidas na construção da identidade em ambientes multiculturais.

A relevância desta pesquisa reside na sua capacidade de esclarecer as nuances do multiculturalismo e suas repercussões na construção da identidade individual e coletiva. Compreender como as identidades são formadas e percebidas é fundamental para fomentar o respeito e valorizar a diversidade, especialmente em sociedades que frequentemente lidam com conflitos entre grupos dominantes e minoritários.

Metodologicamente, este estudo é de natureza bibliográfica, fundamentando-se na análise da literatura existente sobre o tema, com ênfase nas obras de Appiah, Taylor e outros teóricos relevantes. Adicionalmente, será empregada uma abordagem de hermenêutica textual para interpretar e contextualizar os argumentos apresentados, visando uma compreensão crítica e reflexiva sobre a identidade em sociedades multiculturais.

Quanto à estrutura, o artigo está organizado da seguinte forma: Introdução (apresentando as considerações iniciais), Desenvolvimento (abordando os temas “Identidade em sociedades multiculturais”, “A visão de Appiah sobre Identidade”, “Autenticidade em sociedades multiculturais”, “Sobrevivência em sociedades multiculturais” e “Sobrevivência de culturas em sociedades multiculturais em Moçambique”) e, por fim, as Considerações Finais (síntese dos achados da pesquisa).

1. Identidade em sociedades multiculturais

A diversidade cultural é um fenómeno resultante da mobilidade humana ao longo da história. Desde a pré-história, a espécie humana migra em busca de recursos para assegurar sua sobrevivência. Esses fluxos migratórios, que se espalharam pelo mundo, possibilitam o contacto entre culturas distintas, influenciando-as mutuamente e gerando sociedades multiculturais (MARTINS, 2020, p. 3). Essa interacção cultural, embora enriquecedora, também traz consigo desafios, especialmente no que diz respeito à formação e ao reconhecimento das identidades individuais e colectivas.

O fenómeno do multiculturalismo está intimamente ligado à *política de identidade*, à *política da diferença* e à *política do reconhecimento*. Estas abordagens compartilham o compromisso de reavaliar identidades desrespeitadas e modificar padrões dominantes de representação que marginalizam certos grupos (GUTMANN, 2003; TAYLOR, 1998; YOUNG, 1990).



Segundo Taylor (1998, p. 25), “o reconhecimento não é apenas uma cortesia que devemos aos outros, mas uma necessidade humana vital”. A falta de reconhecimento pode levar à exclusão social e à negação da autenticidade de grupos minoritários, o que, por sua vez, dificulta a sua sobrevivência cultural.

Na visão de Martins (2020, p. 5), o multiculturalismo envolve não apenas reivindicações de identidade e cultura, como alguns críticos sugerem, mas também questões de interesses económicos e poder político. Inclui reivindicações destinadas a mitigar desvantagens económicas e políticas que afectam membros de grupos minoritários, cujas identidades de grupo os tornam marginalizados.

Em países como Moçambique, com uma rica diversidade de grupos étnicos, línguas e tradições, a identidade é dinâmica e multifacetada. A identidade moçambicana não é homogénea, ela é construída a partir de diferentes culturas, como a dos Macuas, *Shonas* e *Tsongas*, além de influências históricas externas, como o colonialismo português e dos mercadores árabes. Um exemplo específico, a comunidade Maconde, apesar de sua rica herança cultural, enfrenta desafios económicos e políticos que ameaçam sua sobrevivência cultural. A falta de reconhecimento e apoio institucional pode levar à erosão de suas tradições e à marginalização de sua identidade.

Com o que foi dito acima, fica claro que quando grupos diferentes se encontram no mesmo lugar, nascem problemas como não dar valor a certas culturas e não aceitar a identidade de alguns grupos. Isso faz com que seja difícil manter culturas vivas onde muitas se misturam. Vejamos o caso das línguas em Moçambique. Apesar de o português ser a língua oficial, várias comunidades lutam para manter suas línguas de origem, que são muito importantes para sua cultura. A ausência de políticas públicas que promovam o uso e o ensino dessas línguas pode levar à sua extinção, resultando na perda de uma parte da diversidade cultural do país.

Portanto, a identidade em sociedades multiculturais é um fenómeno complexo que envolve a interacção entre diferentes culturas, o reconhecimento das identidades minoritárias e a luta contra a marginalização económica e política. A compreensão dessas dinâmicas é essencial para promover a inclusão e a sobrevivência cultural em contextos multiculturais, como o de Moçambique. A política de identidade e o reconhecimento das

diferenças culturais são passos fundamentais para garantir que todas as culturas possam coexistir e prosperar em um mundo cada vez mais interligado.

2. A visão de Appiah sobre Identidade

A perspectiva de Kwame Anthony Appiah sobre a identidade em sociedades multiculturais oferece uma crítica e uma ampliação das ideias de Charles Taylor, particularmente no que diz respeito à política de reconhecimento. Segundo Appiah (1998), a tese da política de reconhecimento afirma que:

“[...] a identidade é formada, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento, ou ainda, por um reconhecimento incorrecto, que é permitido pela interiorização de imagens depreciativas promovidas pela cultura dominante. O reconhecimento distorcido é considerado uma forma de agressão, induzindo o indivíduo a uma maneira de ser distorcida e restritiva” (TAYLOR, 1994, citado em APPIAH, 1998, p. 156).

Appiah concorda com Taylor que as identidades sociais colectivas, como religião, sexo, etnicidade, *raça* e sexualidade, desempenham um papel crucial na formação da identidade individual. No entanto, ele enfatiza que a construção da identidade passa pela dinâmica do reconhecimento, que pode moldar positivamente, quando legítimo e verdadeiro, ou deformar, quando distorcido ou ausente. Para Taylor, “o reconhecimento é uma necessidade humana vital, uma vez que a formação das identidades individuais e grupais está directamente ligada a ele” (TAYLOR, 1994, citado em APPIAH, 1998, p. 156).

Appiah também menciona outras identidades colectivas, como as de pessoas com deficiência, que buscam reconhecimento e muitas vezes se identificam com minorias raciais, compartilhando experiências de discriminação (APPIAH, 1998, p. 154). Este ponto é particularmente relevante em contextos multiculturais, onde a interseccionalidade de identidades pode ampliar ou complicar as experiências de marginalização.

Contudo, Appiah questiona a ideia de que a identidade humana pode ser restrita a identidades sociais colectivas. Raguso (2005) argumenta que “Appiah vê essas identidades colectivas como meta-narrativas a partir das quais cada indivíduo desenvolve sua própria história pessoal” (RAGUSO, 2005, p. 194).

Na perspectiva de Appiah, a conexão entre identidade individual (a história) e identidades colectivas (a meta-narrativa) é mais sociológica do que lógica. Ele discorda da

tendência de enfatizar a dimensão social em detrimento da dimensão individual da identidade, pois o ideal de autenticidade, central na análise de Taylor, implica uma oposição às exigências da vida social.

Baseando-se em sua experiência pessoal, Appiah ressalta que “o fato de ser afro-americano molda o eu autêntico que procuro expressar, em parte, porque busco o reconhecimento de uma identidade afro-americana” (APPIAH, 1998, p. 157). Assim, não existe identidade social sem a expressão e manifestação das identidades singulares. Esta é a dimensão dialógica da identidade, que se realiza na relação concreta com o contexto em que estamos inseridos, independentemente de ser favorável ou não.

Em contextos multiculturais, como o de Moçambique, a visão de Appiah oferece uma lente valiosa para entender como as identidades individuais e coletivas interagem e se influenciam mutuamente. Por exemplo, a identidade *Makonde* em Moçambique não é apenas uma construção coletiva baseada em tradições e práticas culturais, mas também uma expressão individual que varia de pessoa para pessoa. A autenticidade, neste caso, não reside na adesão estrita a normas culturais, mas na capacidade de integrar essas influências de maneira pessoal e significativa.

Portanto, a visão de Appiah sobre a identidade desafia a noção de que as identidades coletivas são suficientes para definir a experiência individual. Ele propõe uma abordagem mais dialógica e sociológica, que reconhece a complexidade e a multiplicidade das identidades em sociedades multiculturais. Esta perspectiva é crucial para promover o reconhecimento e a inclusão de todas as identidades, especialmente em contextos onde a diversidade cultural é uma realidade cotidiana.

2.1.A dimensão dialógica da Identidade

A identidade, tanto individual quanto coletiva, é um fenómeno complexo que não pode ser reduzido a categorias sociais rígidas. Em vez disso, deve ser compreendida como uma fusão dinâmica entre identidades individuais e coletivas, que se formam e se transformam através do diálogo com o contexto social e cultural. Como destaca Ribeiro (2012),

“a identidade humana não é algo que realizamos sozinhos, de forma monológica, mas sim dialogicamente. O diálogo é uma característica definidora dos seres

humanos. Dialogar é central para compreender a realidade ao nosso redor e, antes de tudo, para compreender a nós mesmos” (RIBEIRO, 2012, p. 135).

Essa perspectiva dialógica da identidade ressalta a importância do reconhecimento mútuo e da interação social na construção do “eu”. Appiah (1998) enfatiza que a distinção entre as dimensões de identidade é mais sociológica do que lógica. Em cada dimensão, falamos sobre propriedades importantes para a vida social, mas apenas as identidades coletivas são contadas como categorias sociais (APPIAH, 1998, p. 155).

No entanto, Appiah alerta contra a redução da identidade humana a essas categorias coletivas, argumentando que a identidade individual também desempenha um papel crucial. Assim, a identidade é respeitada não apenas com o reconhecimento da igualdade do indivíduo como pessoa moral — como no liberalismo igualitário —, mas também com o reconhecimento das diferenças. Em suma, não existe identidade social sem que esta se expresse e se manifeste nas identidades singulares, concretizando a dimensão dialógica da identidade em relação ao contexto em que estamos inseridos.

3. Autenticidade em sociedades multiculturais

A autenticidade é um conceito central na discussão sobre identidade em sociedades multiculturais. Segundo Taylor (1998), “o ideal de autenticidade tem suas raízes no século XVIII, quando os seres humanos passaram a ser vistos como dotados de um sentido moral interno, uma voz interior que guia suas ações e decisões” (TAYLOR, 1998, p. 48).

Essa voz interior não apenas define a singularidade do indivíduo, mas também serve como um guia para o que deve ou não ser realizado. Taylor observa que o objectivo inicial da doutrina da autenticidade era combater uma visão rival, que entendia o conhecimento do bem e do mal como uma questão de consequências calculadas, especialmente em relação a recompensas e punições divinas. A ideia central era que compreender o bem e o mal não se resume a um raciocínio frio, mas é um acto enraizado em nossos sentimentos (TAYLOR, 1998, p. 48).

O ideal de autenticidade foi aplicado por Herder (s/d) em dois níveis: o individual e o colectivo. No nível individual, refere-se à necessidade de cada pessoa ser verdadeira consigo mesma, enquanto no nível colectivo, refere-se à necessidade de um povo ou cultura ser fiel à sua própria identidade (TAYLOR, 1998, p. 51).



Esse ideal surgiu com o declínio das sociedades hierárquicas, onde a identidade era determinada principalmente pela posição social. No entanto, mesmo em sociedades democráticas, a identificação através de papéis sociais persiste, embora o ideal de autenticidade desafie essa forma de ordenamento social, levando o indivíduo a descobrir sua forma original de ser, que deve emergir do interior e não ser moldada exclusivamente por influências externas (TAYLOR, 1998, p. 52).

A visão de Taylor sobre a autenticidade contrasta com a perspectiva de Appiah (1994), que argumenta que a autenticidade se refere “à tentativa de viver de acordo com o ser interior, sem ceder às pressões sociais”. Para Appiah, ser autêntico significa distanciar-se das expectativas sociais e viver segundo a própria essência, afastando as exigências da vida social que podem obscurecer o verdadeiro eu. No entanto, Appiah também reconhece que a identidade é moldada por um diálogo social, que é fundamental para o desenvolvimento do eu. Ele critica a ideia de que a autenticidade exige uma ruptura completa com as convenções sociais, argumentando que a identidade é construída tanto através da interação social quanto da reflexão interior (APPIAH, 1998, p. 170).

Appiah alerta contra a confusão entre autenticidade e egocentrismo, ressaltando que a autenticidade também é fruto do diálogo social. Ele argumenta que a identidade é construída em parte pela interação na sociedade (escola, igreja, família) e em parte pelo nosso interior. Além disso, Appiah enfatiza que identidades coletivas, como as afro-americanas ou dos homossexuais, não devem ser moldadas por grupos externos, mas sim pelos próprios membros desses grupos. Caso contrário, corre-se o risco de criar identidades falsas, que não reflectem a verdadeira essência do grupo (APPIAH, 1998, p. 170).

Por fim, Appiah conclui que a ética da autenticidade nos exige que expressemos o que centralmente somos, e isso exige reconhecimento na vida social como mulheres, homossexuais, negros, católicos. Não há razão para tratar mal pessoas dessa natureza, e, como a cultura continua a fornecer imagens degradantes delas, é necessário que resistamos a estereótipos, desafie os insultos e suspendamos restrições (APPIAH, 1998, p. 170). Essa visão ressalta a importância do reconhecimento e da inclusão na construção de identidades autênticas em sociedades multiculturais.

4. Sobrevivência em sociedades multiculturais

A sobrevivência de culturas em sociedades multiculturais é um tema complexo que envolve a interação entre identidades colectivas, autonomia individual e políticas públicas. Como destaca Appiah (1994),

“a sobrevivência de certas sociedades — entendidas como grupos cuja continuidade ao longo do tempo depende da transmissão de uma cultura, instituições, valores e práticas distintos — é uma exigência legítima que os Estados modernos, multiculturais por natureza, podem precisar atender” (APPIAH, 1994, p. 173).

No entanto, essa sobrevivência não se resume apenas à preservação de tradições, mas também à capacidade de adaptação e diálogo com outras culturas, garantindo que as gerações futuras possam continuar a encontrar significado e valor na sua herança cultural.

Appiah (1994, p. 174) acrescenta que o desejo de sobrevivência cultural implica não apenas a continuidade da cultura que dá sentido às vidas dos indivíduos actuais, mas também a sua existência contínua através de gerações futuras. No entanto, essa aspiração muitas vezes colide com a realidade das sociedades multiculturais, onde culturas hegemónicas podem marginalizar ou suprimir culturas consideradas raças. Nesse contexto, a sobrevivência cultural torna-se um desafio que exige políticas públicas sensíveis e um compromisso com o respeito à diversidade.

Appiah parafraseia Taylor ao afirmar que “a realidade das sociedades plurais pode exigir que modifiquemos o liberalismo processual” (APPIAH, 1994, p. 172). Isso significa que o liberalismo, enquanto doutrina política, deve estar disposto a reconhecer e proteger objectivos colectivos, como a sobrevivência cultural, sem abandonar os princípios de autonomia individual e igualdade.

Appiah sugere que a sobrevivência das identidades actuais deve ser reconhecida para que novas gerações possam existir, mas ressalta que esse reconhecimento não pode violar a autonomia dos indivíduos futuros. Ele argumenta que “não é claro que este objectivo seja um que possamos reconhecer enquanto respeitamos a autonomia de futuros indivíduos” (APPIAH, 1994, p. 173). Assim, os princípios éticos da dignidade igual, subjacentes ao pensamento liberal, devem ser mantidos, evitando que pais ou grupos imponham estilos de vida a futuras gerações.

A educação desempenha um papel fundamental nesse processo. Appiah (1994, p. 176) observa que, “para que uma cultura sobreviva nas gerações futuras, é necessário moldar as crianças de acordo com os valores que desejamos perpetuar”. No entanto, ele adverte que esse processo deve respeitar a individualidade das crianças, já que “as crianças não começam com valores próprios. A educação, portanto, deve transmitir valores que vão além do respeito pelos procedimentos liberais, promovendo uma compreensão profunda da diversidade cultural e da importância da autonomia individual.

O liberalismo processual, ao ser indiferente a uma variedade de concepções do bem, pode resultar em uma situação em que as identidades coletivas se tornem incompatíveis. Taylor adverte sobre o problema levantado pela questão de Rushdie, destacando que o liberalismo deve estar preparado para ser uma doutrina lutadora, capaz de enfrentar desafios complexos relacionados à diversidade cultural e ao respeito pelas identidades coletivas (TAYLOR, 1994, citado em APPIAH, 1994, p. 172).

Em sociedades modernas, a educação é frequentemente conduzida por instituições governamentais, o que a coloca no domínio político. A reprodução social inclui objetivos coletivos, e o Estado deve proteger a autonomia das crianças contra imposições de pais, igrejas e comunidades. Portanto, o Estado deve estar envolvido na educação, mesmo que isso gere controvérsias, pois desempenha um papel crucial na propagação de concepções do bem e na promoção da coesão social (APPIAH, 1994, p. 176).

Appiah enfatiza a importância de uma identidade coletiva que respeite as outras identidades. Essas identidades coletivas fornecem narrativas que ajudam os indivíduos a moldar seus planos de vida. No entanto, em muitas sociedades contemporâneas, grupos como mulheres, homossexuais e negros não têm sido tratados com dignidade igual. Como Taylor defende, as identidades são moldadas socialmente, e a luta pela dignidade exige um reconhecimento dessas identidades coletivas como partes valiosas do ser (TAYLOR, 1994, citado em APPIAH, 1994, p. 174).

A ética da autenticidade exige que expressemos o que centralmente somos, buscando reconhecimento social enquanto mulheres, homossexuais, negros ou católicos. Appiah critica as narrativas que impõem limitações a essas identidades, propondo que, para construir vidas dignas, é necessário ressignificar as identidades coletivas, criando narrativas positivas que desafiem as normas sociais opressoras (APPIAH, 1994, p. 170).

Por fim, Appiah argumenta que, em sociedades racistas, ser negro exige resistência a normas que desvalorizam essa identidade. O mesmo se aplica a outras identidades; a luta pela dignidade não deve se limitar a exigir respeito, mas deve envolver a construção de uma identidade autêntica que desafie as normas sociais opressoras. Essa luta é essencial para garantir a sobrevivência cultural e a dignidade de todos os indivíduos em sociedades multiculturais.

4.1. Sobrevivência de culturas em sociedades multiculturais em Moçambique

A sociedade moçambicana é marcada por sua diversidade multilingue, pluri-étnica, multi-racial e socialmente estratificada. Essa pluralidade se reflete em diversas formas de organização social, cultural, política e religiosa, além de crenças, línguas, costumes e tradições. A riqueza do património cultural moçambicano está na sua diversidade, especialmente nas expressões culturais populares (DIAS, 2010, p. 6).

Essa diversidade resulta de uma matriz cultural influenciada por migrações *bantu*², contactos com árabes³ e asiáticos, e pela colonização portuguesa, iniciada em 1498. A presença de imigrantes da Índia e da China, somada às influências europeias, moldou uma cultura plural e dinâmica. Após a Independência, o país assimilou valores socialistas e influências de cooperantes de países como Rússia, Cuba e China (DIAS, 2010, pp. 6-7).

A globalização e a presença de multinacionais trouxeram novos desafios para a preservação das culturas locais. Os moçambicanos enfrentam o dilema de manter suas tradições enquanto interagem com culturas estrangeiras, o que pode gerar tensões e alienação de práticas tradicionais (MACULUVE, 2025). A resistência à fusão cultural é crucial, pois impacta a coesão social e a identidade cultural (MACULUVE, 2025; TRINDADE, 2020). A diversidade cultural, definida como o “complexo de indivíduos e

² As migrações Bantu foram um fenómeno complexo e gradual, envolvendo não apenas deslocamentos populacionais, mas também a disseminação de tecnologias, como a agricultura e a metalurgia do ferro, que permitiram a esses grupos se estabelecerem e dominarem novas regiões. Essa expansão Bantu não foi um movimento uniforme, mas sim uma série de migrações interligadas, adaptadas às condições locais e ao contacto com outras populações. Essas migrações ocorreram em ondas sucessivas, começando por volta de 3000 a.C. e estendendo-se até o primeiro milénio d.C.

³ Os árabes foram os primeiros povos não bantus a estabelecer contactos comerciais com as populações locais no território que hoje corresponde a Moçambique. A presença árabe na região não se limitou ao comércio; eles também introduziram o Islã, que se tornou uma religião importante para muitas comunidades costeiras, e influenciaram a arquitectura, a língua e as práticas sociais locais. A interação entre árabes e populações bantus resultou em uma síntese cultural única, que ainda hoje é visível em algumas regiões de Moçambique.

Revista Paranaense de Filosofia, v. 5, n. 2, p. 84 – 99, Jul./Dez., 2025.

ISSN: 2763-9657

Universidade Estadual do Paraná

comportamentos dentro de um contexto histórico comum” (TAKAHASHI, 2006, citado por DIAS, 2010, p. 2), deve ser analisada junto às noções de diferenças, que variam conforme etnia, raça, idade, religião e gênero (DIAS, 2010, p. 2).

A diversidade cultural em Moçambique está ligada à desigualdade social. Diferenças culturais são frequentemente marcadas por divisões socioeconômicas, onde origem étnica e racial pode determinar a condição de classe. Por exemplo, mendigos de raça branca ou indiana são raros, enquanto indivíduos analfabetos do meio rural, com cultura mais ancestral, tendem a ser mais pobres que os alfabetizados urbanos, com valores mais universais (DIAS, 2010, pp. 11-12). Essa relação exige políticas que promovam equidade e reconhecimento cultural.

A sobrevivência das culturas em Moçambique é influenciada pela sua história de diversidade étnica e contactos com comerciantes islâmicos, colonizadores europeus e populações indígenas. A globalização ampliou essa diversidade com a presença de trabalhadores chineses, indianos e brasileiros. Contudo, a coexistência nem sempre é pacífica, exigindo atenção aos saberes geoculturais (MARTINS, 2020, p. 7). Grupos como *Macuas*⁴, *Tsonga*⁵, *Sena*⁶ e outros expressam suas culturas através de actividades como cestaria, cerâmica, música e ritos de passagem, enriquecendo o património cultural e mantendo identidades colectivas (MARTINS, 2020, p. 8).

A educação é fundamental para promover coesão social e respeito à diversidade. O currículo moçambicano busca integrar culturas de forma harmoniosa, promovendo inclusão e reconhecimento (MARTINS, 2020, p. 9). Segundo Appiah (1994), a educação deve moldar valores, respeitando a individualidade das crianças, que “não começam com valores próprios” (APPIAH, 1994, p. 176). A inclusão de conteúdos culturais nos currículos ajuda a preservar a herança cultural.

⁴ Os Macuas, também conhecidos como Makhwa, constituem o maior grupo étnico de Moçambique, habitando principalmente as regiões norte do país

⁵ Os Tsonga, também chamados de Shangana, são conhecidos por sua organização social baseada em clãs e por expressões culturais como a música e a dança, que desempenham um papel central em suas cerimónias e rituais

⁶ Os Sena possuem uma rica tradição de contos e mitos que são transmitidos oralmente de geração em geração, além de práticas religiosas que combinam elementos tradicionais com influências cristãs”. Esses grupos, juntamente com outros como os Lomwe, Chuwabu e Nianja, representam a pluralidade étnica e cultural de Moçambique, que é um dos pilares da identidade nacional

Revista Paranaense de Filosofia, v. 5, n. 2, p. 84 – 99, Jul./Dez., 2025.

ISSN: 2763-9657

Universidade Estadual do Paraná

No entanto, a sobrevivência cultural enfrenta desafios, como a falta de políticas que promovam línguas locais, podendo levar à sua extinção (MARTINS, 2020, p. 10). Taylor (1998) afirma que “o reconhecimento é uma necessidade humana vital” (TAYLOR, 1998, p. 25). A falta de reconhecimento pode excluir grupos minoritários, ameaçando sua sobrevivência cultural.

Portanto, a sobrevivência das culturas em Moçambique depende de um equilíbrio entre preservação tradicional e adaptação à globalização. Educação transcultural e políticas públicas são essenciais para valorizar a diversidade, garantindo autonomia e igualdade. A luta pela sobrevivência cultural não é apenas preservar o passado, mas construir um futuro onde a diversidade seja celebrada (APPIAH, 1994, p. 173; MARTINS, 2020, p. 11).

Considerações finais

Neste artigo, discutiu-se a questão da Identidade, Autenticidade e Sobrevivência em sociedades multiculturais sob a óptica de Kwame Anthony Appiah. A análise permitiu concluir que Appiah rejeita a redução da identidade humana a identidades sociais coletivas, defendendo que estas funcionam como meta-narrativas que fornecem um quadro de referência, mas não determinam rigidamente a identidade individual. Para ele, a conexão entre identidade individual e coletiva é moldada pela interação social e pelo contexto cultural, mas mantém um espaço para a autonomia pessoal.

Appiah critica a tendência de privilegiar a dimensão social em detrimento da individual, argumentando que a autenticidade implica resistir às exigências da vida social para expressar o que é genuinamente interior. Ele exemplifica isso ao afirmar que “o fato de ser afro-americano, entre outras coisas, molda o ‘eu’ autêntico que procuro expressar” (APPIAH, 1994, p. 157). Assim, a identidade social só se realiza plenamente quando se manifesta nas identidades singulares, em diálogo com o contexto em que estamos inseridos.

No âmbito político, Appiah questiona a neutralidade do Estado proposta pelo liberalismo processual, considerando-a uma utopia. Ele observa que o Estado, especialmente através da educação pública, promove concepções do bem e não pode ser completamente neutro em relação a valores e identidades (APPIAH, 1994, p. 176). No entanto, ele diverge



de Taylor ao enfatizar que o verdadeiro reconhecimento deve ser direcionado à pessoa, sem qualificações adicionais, respeitando sua autonomia individual.

Na política, Appiah põe em dúvida se o Estado pode ser neutro, como dizem os liberais, e chama isso de sonho. Ele nota que o Estado, mais ainda pela escola para todos, espalha ideias do que é bom e não fica em cima do muro quanto a valores e quem somos (APPIAH, 1994, p. 176).

A autenticidade, na visão de Appiah, emerge como um ideal que combina a expressão do ser interior com o diálogo social. Ser autêntico implica resistir às pressões sociais que buscam moldar-nos de acordo com expectativas externas, mas sem negar a importância da interação social na construção da identidade (APPIAH, 1994, p. 170). Esse equilíbrio é essencial para o desenvolvimento de identidades significativas e resilientes.

No contexto moçambicano, essas reflexões são particularmente relevantes. A sobrevivência das culturas locais depende de um equilíbrio delicado entre a preservação das tradições e a adaptação às influências globais. Políticas públicas sensíveis à diversidade cultural e uma educação que valorize a transculturalidade são fundamentais para promover a coesão social e o respeito às identidades coletivas e individuais.

Portanto, a perspectiva de Appiah oferece uma visão equilibrada entre o respeito às identidades coletivas e a valorização da autonomia individual. Sua abordagem ressalta a importância do reconhecimento mútuo e da interação social, enquanto sua crítica ao liberalismo processual destaca a necessidade de políticas públicas que promovam a diversidade cultural. Em Moçambique, essa visão pode orientar estratégias para garantir que as culturas locais sobrevivam e prosperem em um mundo cada vez mais interligado.

Referências

APPIAH, K. A. Identidade, Autenticidade e Sobrevivência: sociedades multiculturais e reprodução Social”. In: TAYLOR, C. (Org.). Multiculturalismo: Examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1994, p. 165-183.

BASSANI, D. A. Sobre a concepção operacional de significado. Campinas, SP: Unicamp, 2008, 138p. [Tese de Doutorado].



- DIAS, H. N. "Diversidade cultural e educação em Moçambique". *V!RUS*, n. 4, 2010. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus04/secs/submitted/virus_04_submitted_4_pt.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025.
- HEUSER, E. M. D.; FREZZATTI, W. A. (Org.). *Textos para ensinar e aprender essa tal Filosofia*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2016.
- HERDER, J. G. *Herders Sämtliche Werke*. Berlin: Weidmann, s/d.
- ISAACMAN, A.; ISAACMAN, B. *Moçambique: Do colonialismo à revolução, 1900-1982*. Boulder: Westview Press, 1983.
- MACULUVE, J. *Desafios culturais na era da globalização em Moçambique*. Maputo: Editora Global, 2025.
- MARTINS, L. *Cultura e globalização em Moçambique: Um estudo sobre a preservação das identidades locais*. Maputo: Editora Universitária, 2020.
- MARTINS, P. "O reconhecimento social e sua redução filosófica em Charles TAYLOR". In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Orgs.). *Teoria crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2020, p. 41-53.
- NEWITT, M. *Uma história de Moçambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.
- NIETZSCHE, F. "Humano, demasiadamente humano". In: *Obras incompletas*. Trad. R. T. Filho. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- PHILLIPSON, D. W. *African archaeology*. 3. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- RAGUSO, F. *O desafio do multiculturalismo: entre a identidade e reconhecimento. Uma leitura a partir de Charles TAYLOR*. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 2005. Tese de Doutorado.
- RAGUSO, F. "Entre reconhecimento e construção da identidade: o desafio do multiculturalismo a partir da perspectiva de Charles TAYLOR". *Diacrítica, Revista do Centro de Estudos Humanísticos*, v. 21, n. 2, p. 195-214, 2007.
- RIBEIRO, E. V. *Reconhecimento ético e virtudes*. São Paulo: Edições Loyola, 2012. (Coleção estudos vazianos).



SILVA, N. L. “Em defesa da universidade pública”. *Jornal Gazeta de União da Vitória*, União da Vitória, PR, n. 1985, p. 6-6, 2 set. 2001.

TAKAHASHI, T. “Cultural diversity: A historical perspective”. In: DIAS, A. (Ed.). **Cultura e diversidade em Moçambique**. Maputo: Editora Moçambique, 2006, p. 1-10.

TAYLOR, C. “A política de reconhecimento”. In: TAYLOR, C. et al. *Multiculturalismo – examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Piaget, 1998.

TAYLOR, C. *Multiculturalismo – examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Edições 70, 1998.

VANSINA, J. “New linguistic evidence and the Bantu expansion”. *Journal of African History*, v. 36, n. 2, p. 173-195, 1995. <https://doi.org/10.1017/S0021853700034101>.